

DO DEPUTADO ARCHIMEDES LAMMOGLIA
N. 20 de 1960 — Indicando ao Executivo a instalação de uma Unidade Sanitária Polivalente, em Rio das Pedras.

DO DEPUTADO FERNANDO MAURO PIRES ROCHA
N. 21 de 1960 — Indicando ao Executivo providência no sentido da oficialização da "Exposição Agrícola de Marília".

N. 22 de 1960 — Indicando ao Executivo a isenção do pagamento de impostos relativos às carretas ligadas a tratores e possibilidade da obtenção de licença para dirigir tratores nas delegacias de polícia.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 25, DE 1960

Nos termos regimentais, requeremos ao Poder Executivo se digne prestar os seguintes esclarecimentos a respeito do Balneário de Aguas de Lindóia: a

1.o) — Qual o movimento do Balneário de Aguas de Lindóia, no ano de 1959?

2.o) — Qual o número de pessoas doentes atendidas pelo médico do Estado?

3.o) — Qual o número de pessoas que foram curadas com o uso da água que, como se sabe, tem realizado verdadeiros milagres?

4.o) — Qual a renda anual?

5.o) — Qual o número de funcionários?

Sala das Sessões, aos 15 de março de 1960.

(a) Modesto Guglielmi

Justificativa

Visitando recentemente o Balneário de Aguas de Lindóia, fiquei impressionado vivamente com a afluência de pessoas que lá procuravam não só descanso, mas também cura.

Por esse motivo, faço as perguntas acima ao Poder Executivo, pois acredito que deva ser feita uma grande propaganda do que lá sucede, tornando assim Aguas de Lindóia um recanto procurado pelos turistas de outros Estados e países.

REQUERIMENTO N. 26, DE 1960

Requeremos, nos termos regimentais, conste da Ata dos trabalhos desta egrégia Casa voto de congratulações com os diretores do jornal "O Pontalense", de Pontal, pelo transcurso, a 12 de março do 31.º aniversário de fundação daquele órgão de imprensa.

Sala das Sessões, 16 de março de 1960.

(a) Jacob Pedro Carello

Justificativa

A imprensa interiorana merece um historiador, uma pena competente, hábil, culta, para contar sua história de heroísmo verdadeiro e amor aos pequenos rincões distantes onde militam.

Ansiosamente esperados, aos domingos pela manhã, surgem os números do jornalzinho da cidade. As seções de sempre, sociais, os anúncios, o artigo de fundo. Não é, porém, apenas essa parte que faz a grandeza dos hebdomadários nas cidades pequenas. É a coragem com que, tantas vezes, enfrenta os poderosos da terra, os velhos coronéis anacrônicos que ainda subsistem em alguns lugares, em defesa do povo, do progresso, da legalidade.

Há 31 anos, vindo de São Simão, o pioneiro Guilherme Silva trazia em sua bagagem o ideal de montar um jornal na pequena localidade de Pontal, então Distrito de Sertãozinho. Com seu ideal, vinha a modesta tipografia e uma coragem inabalável e convicções arraigadas de que a cidade de Pontal, nascida sob a invocação de São Lourenço no território mesopotâmico do Pardo e do Mogi, merecia das terras ubérrimas e do esforço de sua população, deveria progredir sempre. Seu jornal semanal "O Pontalense", tornou-se o símbolo dessa ansia de progresso. Foi o mais ardoroso batalhador da emancipação política do Município, a essa categoria elevada pelo decreto n. 6.915 de 23 de janeiro de 1935.

Através dos longos anos de ditadura, quando a valorosa imprensa sofreu coerção e processos, tanto os grandes diários das capitais como os humildes semanários interioranos, quando a Lei de Imprensa e a censura do DIP cerceavam as manifestações, ainda permaneceu impávidamente na frente perigosa da luta pela liberdade e das reivindicações municipalistas, pugna corajosa que continuou até o falecimento do denodado jornalista.

Perdendo seu fundador, não perdeu sua orientação o jornal de Pontal. Com seus novos dirigentes, Guilherme Silva Junior e Ismar Silva, seguiu sempre as diretrizes nobilitantes de seu fundador, sendo ainda o defensor estrênuo do povo e da terra pontalense.

A homenagem da colenda Assembléia, ora proposta, é mais que um voto de louvor ao valoroso "O Pontalense": é um preito a toda a imprensa pujante de nosso Brasil, e especialmente, aos pequenos jornais do interior, órgãos de difusão cultural e de civismo, denodados defensores da liberdade e da grandeza da Pátria.

REQUERIMENTO N. 27, DE 1960

Requeremos se insira na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de pesar, pelo falecimento do Senador Abillon Souza Naves, ocorrido a 14 de dezembro de 1959.

Sala das Sessões, 15 de março de 1960.

a) Conceição da Costa Neves — Miguel Jorge Nicolau — Luciano Lepera — Benedito Matarazzo.

Justificativa

Não podemos, infelizmente, apresentar este Requerimento nesta Casa na altura em que o Brasil perdeu o trabalho de Souza Naves, porque a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na ocasião, encontrava-se em convocação extraordinária. Tão logo se reabrem os trabalhos do Legislativo paulista, tomamos a iniciativa, convictos de que uma homenagem à memória de homem público como Souza Naves não tem prazo, mesmo porque sua falta no cenário político do País faz-se sentir cada vez mais.

Homem profundamente simples e bom, por sua bondade e simplicidade soube fazer-se um legítimo líder do trabalhismo entre nós — daquele trabalhismo alto, que não oscila para a extrema direita quando chamado por interesse de momento e nem para a extrema esquerda conforme as conveniências das injunções. Foi sem dúvida um líder popular desses que, por sua simpatia e equilíbrio e por uma ação honesta, isenta de demagogia, são capazes de conduzir as classes de cujas aspirações cuida, a grandes realizações.

Souza Naves, como Senador e como cidadão, muita falta faz e fará ao Brasil, na dificuldade do momento. Digam-no os agricultores, diga-o o Paraná, digam-no os trabalhadores, que todos se curvam, reverentes, ante o exemplo de probidade que nos deixou.

Deve a Assembléia Legislativa do Estado Bandeirante render-lhe as melhores homenagens, e que propomos expressando simples, mas sinceramente, a nossa saudade.

REQUERIMENTO N. 28, DE 1960

Faleceu a 12 de dezembro de 1959, repentinamente, em Ribeirão Preto, onde se encontrava em trabalho, o ilustre paulista Joaquim Carlos Nobre. Não tendo podido propor a esta Casa uma homenagem à sua memória, porque o Legislativo paulista naquela altura se encontrava em convocação extraordinária, requeremos agora a inserção de um voto de pesar na Ata dos trabalhos, pelo infausto acontecimento.

Sala das Sessões, 15 de março de 1960.

a) Conceição da Costa Neves

Justificativa

Joaquim Carlos Nobre, grande aficionado da etnologia, amigo dos nossos índios, elemento conhecido nos meios artísticos de São Paulo, amigo merecidamente estimado e sempre pranteado, desapareceu em plena luta, quando cuidava da instalação em Ribeirão Preto, de uma estação de TV. Silenciosa foi sua morte, como silencioso foi o seu trabalho. Oxalá essa equivalência exista também em relação à recompensa merecida por seu intenso labor.

Lembro-me de Joaquim Carlos Nobre nos Idos de 94 e 45, servidor de um pomposo organismo oficial, abandonando o seu cargo para não ceder à intimação de abandonar a campanha que então promovíamos pela humanização da vida do doente de lepra. Tal gesto foi a expressão de sua vida. Era um espírito livre de peias. Uma inteligência aguda, que via o amago das coisas. Um coração humaníssimo, que se dava inteiramente.

Não nascera mesmo para a burocracia. Era um pioneiro nato. E prêso à vida da metrópole, não podendo, como desejava — exemplar chefe de família

que era, dedicar-se ao desbravamento da terra, fez-se pioneiro de causas, entre as quais avulta a causa da humanização da vida do doente de lepra.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo deve à sua memória esta homenagem, interpretando o sentimento de todos quantos receberam de Joaquim Carlos Nobre um apoio, um aperto de mão, um gesto de simpatia e de solidariedade humana.

REQUERIMENTO N. 29, DE 1960

Requeiro à digna Mesa a consignação, na ata de nossos trabalhos, ouvido o agosto plenário, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Dácio Pires Corrêa, antigo e estimado diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, membro de tradicional família paulista e cidadão com inestimável folha de serviços à coletividade paulistana, especialmente no setor do ensino, das letras históricas e da assistência social. Requeiro, igualmente, Senhor Presidente, se comunique à família enlutada e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, esta deliberação da Casa.

Sala das Sessões, 15 de março de 1960.

a) Eduardo Vicente Nasser

Justificativa

O falecimento de Dácio Pires Corrêa repercutiu dolorosamente no seio do ilustre sodalício da rua Benjamin Constant, a que ele emprestara o concurso inestimável de sua dedicada e insubstituível colaboração, por várias dezenas de anos. Mas, a morte do valoroso paulista não afetou apenas o agosto Instituto Histórico, que honra a cultura histórica de São Paulo. Como muito bem acentuou o brilhante jornalista Leonardo Arroyo, em comovida e comovente nota estampada na Folha de São Paulo, Dácio Pires Corrêa dera o melhor de sua vida em favor do próximo, não se recusava a ninguém quando solicitado a realizar um trabalho em proveito de seu semelhante, semeava largamente nos seus passos a semente das boas ações e por essa razão era uma figura simpática e querida, com enorme círculo de relações. O pesar da Assembléia traduz o sentimento geral do povo, ressaltando o merecimento do ilustre morto como pioneiro do ensino comercial em S. Paulo, operoso diretor do Instituto Histórico e um dos mais decididos construtores da Cidade Vargas, da qual foi sempre a figura mais notável expressiva.

REQUERIMENTO N. 30, DE 1960

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado na ata de nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Francisco Ferreira Lopes, ocorrido dia 11 último, em Mogi das Cruzes.

Requeiro, ainda, dê-se ciência desta homenagem à família do extinto.

Sala das Sessões, 16 de março de 1960.

a) Francisco Franco.

Justificativa

O desaparecimento do senhor Francisco Ferreira Lopes, mais conhecido por Chico Lopes, constituiu profundo golpe à toda sociedade de Mogi das Cruzes, dada as qualidades que emolduravam a pessoa ilustre do saudoso extinto.

Político, industrial e esportista, jamais poupou esforços no sentido de proporcionar à gente de Mogi das Cruzes, momentos de bem-estar e condições de vida mais confortáveis frente às sérias vicissitudes que afligem o nosso trabalhador modesto e humilde.

Português de origem, mas brasileiro de coração, com estoicismo e desassombro, fundou várias indústrias, entre as quais, a Madeireira Santana e Minapar, além da Adutora Rio Claro.

Marechal, como também era conhecido, sempre primou por uma conduta exemplar em todos os atos de sua vida, jamais existindo atitude que viesse empanar o brilho de pai, esposo e cidadão consciente de seus deveres sociais.

É de se lastimar o desaparecimento de um cidadão da envergadura moral de Chico Lopes, e de se lamentar ainda, que Mogi das Cruzes, cidade progressista e vanguarda de grandes iniciativas, se prive da colaboração do infeliz extinto.

Requeiro, pois, em face de todos estes argumentos, que se insira na ata de nossos trabalhos, um voto de profundo pesar, pelo passamento de Francisco Ferreira Lopes, o Chico Lopes.

REQUERIMENTO N. 31 DE 1960

Sr. Presidente

Funcionou na sede da Sociedade União Geral dos Trabalhadores, em Ribeirão Preto, um gabinete dentário doado pelo Estado que atendia às famílias dos inúmeros associados da entidade. No entanto, resolveu o governo do Estado, na administração passada, suspender o funcionamento daquele Gabinete Dentário, por motivos que ignoramos e que, obviamente, prejudica a saúde de, principalmente, crianças filhos de operários filiados àquela entidade.

A União Geral dos Trabalhadores é das mais antigas organizações do gênero em todo o Estado. Fundada em 1927, congrega trabalhadores de todas as categorias profissionais, tendo caráter recreativo, cultural e filantrópico. É entidade reconhecida de Utilidade Pública, sendo que na sua sede, própria, funcionam cursos de Alfabetização, além de Escolas Primárias do Município e do Estado. A entidade, portanto, auxiliou o Governo Municipal de Ribeirão Preto e o Governo Estadual de S. Paulo no programa de assistência escolar.

Por tudo, e diante da reivindicação dos associados da UGT, assim como da população ribeirãopretana, esperamos que o atual governo, dirigido pelo prof. Carvalho Pinto, determine o funcionamento novamente de um gabinete dentário na UGT, doando à entidade, a fim de que o prefeito municipal de Ribeirão Preto nomeie, por sua vez, um dentista para ali trabalhar, se é que para o Estado não haja, no momento, possibilidade para nomear aquele profissional.

A vista do exposto, Requeremos, nos termos regimentais, seja oficializado ao Executivo, através do departamento competente, solicitando respostas às seguintes indagações:

1.o) — Por que deixou de funcionar, na União Geral dos Trabalhadores, de Ribeirão Preto, o gabinete dentário ali instalado há tempos pelo Estado?

2.o) — Há possibilidade de o Estado determinar novamente a instalação daquele gabinete dentário na referida entidade?

Sala das Sessões, 16 de março de 1960.

a) Luciano Lepera.

REQUERIMENTO N. 32 DE 1960

Requeiro à doula Mesa, ouvido o Plenário e as disposições legais, a constituição de uma Comissão de Deputados, representando as bancadas com assento nesta Assembléia, para representar esta Casa e, consequentemente, o povo paulista, nas festividades de inauguração da cidade de Brasília, Capital da República.

Sala das Sessões, 18 de março de 1960.

a) Antonio Moreira — Athié Jorge Coury — Carlos Kherlakian — José Costa — Domingos Leonardo Cerávolo — Costabile Romano — Avalone Júnior — Archimedes Lamoglia — Marcondes Filho — Norberto Mayer Filho — Benedito Realinde Corrêa — Walter Menk — Benedito Matarazzo — Lavínio Luchesi — João Sussunan Hirata — Cyro Albuquerque — José Castelano — Eduardo Vicente Nasser — Leônidas Ferraz Júnior — Wilson Nogueira Lapa — Roberto Cardoso Alves — Augusto do Amaral — Anacleto Campanella — Nagib Chaibe — Jairo Azevedo — Henrique Peres — Fernando Mauro — Magalhães Prado — Jacob Pedro Carello — Waldemar Lopes Ferraz — Francisco Franco — Modesto Guglielmi — Cesar Arruda Castanho.

REQUERIMENTO N. 33, DE 1960

Senhor Presidente.

Vivemos numa democracia parlamentar e não numa democracia econômica. Esta é o objetivo do socialismo aquela, o do liberal capitalismo.

Nas democracias meramente parlamentares, em todos os países subdesenvolvidos, o dever dos socialistas é defender as liberdades e garantias individuais, mas acentuar as contradições e injustiças oriundas de um regime baseado no poder econômico de pessoas e de grupos. É o regime dos homens ricos. Bernard Shaw, um dos maiores escritores do nosso tempo e que também foi pregador do socialismo, estigmatizou o sistema do egoísmo capitalista nesta frase: "Arranja dinheiro, e toda a nação conspirará para te considerar um 'gentleman'".

Estas considerações nos são sugeridas por um comentário (que não estamos endossando, mas desejamos ver esclarecido) feito pelo diretor da publicação "O Semanário", Oswaldo Costa, n. 200 deste ano e deste mês, com referência à construção de armazéns e silos em nosso Estado.

Acentuamos, de passagem, que a construção de armazéns e silos é iniciativa que só pode elevar o nome de qualquer governo, em qualquer país do mundo, qualquer que seja o sistema econômico, político e social adotado. É certo que, nos países de democracia econômica e não apenas parlamentar, ou seja nos países socialistas, essas e outras obras não ensinam o enriquecimento de indivíduos, mas visam exclusivamente ao bem estar da coletividade. Fogem completamente à categoria dos negócios, das transações comerciais que tantas vezes desvirtuam as obras de interesse público.